



## RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL

### ACORDO TRIPARTIDO SOBRE SALÁRIOS E COMPETITIVIDADE ?

#### UGT EXIGE PRIORIDADE NA DISCUSSÃO DE SALÁRIOS E DIMINUIÇÃO DA CARGA FISCAL

O Governo lançou um desafio ambicioso à Concertação Social em Novembro de 2019 sobre rendimentos dos trabalhadores portugueses, depois do compromisso do Primeiro-Ministro anunciado ao País, como sendo a sua grande prioridade na governação para a nova legislatura.

A UGT não deixa de acompanhar a preocupação do Primeiro-Ministro e do seu Governo relativamente à necessidade e urgência de haver um aumento global dos salários, como sempre temos vindo a defender, e vê também como muito importante a existência de um Acordo de Concertação Social de médio prazo sobre rendimentos e salários.

No decurso dos trabalhos de Concertação Social, foram propostos, pelo Governo, como temas fundamentais de abrangência para um possível acordo, as seguintes áreas:

1. Valorização dos salários
2. Valorização dos jovens qualificados
3. Rendimentos não salariais
4. Formação profissional e qualificação
5. Fiscalidade e financiamento
6. Inovação e desenvolvimento
7. Acordo de Parceria com a UE e regulação nacional do próximo QFP
8. Simplificação administrativa e redução de custos de contexto
9. Demografia, qualidade do emprego e conciliação vida pessoal, familiar e profissional
10. Fluxos migratórios
11. Coesão territorial.

No quadro das discussões, o Governo apresentou aos parceiros sociais um documento de trabalho na reunião de concertação social de 17 de Fevereiro de 2020, abordando os primeiros quatro daqueles temas, de acordo com a metodologia de realização de discussões parcelares que havia sido acordada.

É um documento que apenas define princípios genéricos, com os quais, não podendo a UGT deixar de concordar na generalidade, são pouco mais do que um simples programa de trabalho, num momento em que, se queremos avançar, se exigem medidas concretas.

**Não basta, por exemplo, anunciar uma baixa de impostos em sede de IRS para 2021.**

É necessário que fiquem, desde já, expressas as medidas, os termos e os tempos em que se operará tal baixa de impostos

Ora, a UGT, considerando a importância das matérias elencadas, entende que não se vê como viável, no curto prazo, a obtenção de um Acordo, sem que concentremos os esforços da concertação em **algumas das prioridades** e sem que existam compromissos concretos que se traduzam em ganhos reais para os trabalhadores, conforme Resolução do Secretariado Nacional de 20 de Dezembro de 2019.

Nesse sentido, e conforme dissemos desde a primeira hora, nomeadamente na Política Reivindicativa da UGT 2019-2020, **os salários e a fiscalidade devem ser a força motriz de um possível Acordo, pelo que entendemos que, neste processo negocial, devem ser tratados, primordialmente, os temas da valorização dos salários, da fiscalidade sobre os rendimentos do trabalho e da valorização dos Jovens Qualificados.**

Tal posição é, aliás, tão mais relevante, quando já vimos frustradas as expectativas dos trabalhadores no Orçamento do Estado para 2020 (*que contemplou quase exclusivamente as pretensões do lado empregador*) ou quando assistimos às tentativas de adiamento da discussão do que devem ser os temas centrais para um possível acordo.

**Diga-se que a UGT, na já aludida última reunião de CPCS, teve de se manifestar contra a tentativa de mais um adiamento da discussão dos temas da valorização dos salários e do IRS por parte das confederações empregadoras, tendo conseguido que os mesmos constem da agenda da próxima reunião de concertação social, marcada para 26 de Fevereiro de 2020.**

A UGT continua empenhada na valorização salarial dos trabalhadores portugueses e na convergência dos salários com a média europeia em termos de peso no PIB e, por isso, qualquer Acordo de Concertação Social sobre rendimentos e salários terá que ter em consideração esta convergência a médio prazo e a metodologia para a atingir.

## GOVERNO NÃO PODE DAR “MAU EXEMPLO” AOS PRIVADOS

Por fim, devemos assinar como negativo o espectro que paira sobre as discussões em concertação social, resultante da proposta de aumentos salariais de 0,3% para a Administração Pública para 2020 – e até sobre as intenções do Governo de aumento para 2021 e anos seguintes, não querendo ir além da inflação, numa decisão unilateral do Governo, à margem de qualquer processo negocial efetivo.

Tal como a UGT sempre afirmou, esta posição tem vindo a repercutir-se no sector privado, enfraquecendo as posições sindicais, conforme vêm comprovar as propostas iniciais – *altamente ofensivas para os trabalhadores* - de algumas empresas e sectores altamente lucrativos, nomeadamente na Brisa (0,3%), na EDP (0,2%) e na negociação do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário (0,2%), contribuindo para inverter a tendência de aumentos que se vinha verificando na negociação coletiva, a rondar a média dos 3% em 2019.

**Aliás, o setor bancário, designadamente a parte da Banca que está representada pelo Grupo Negociador do ACTV do setor bancário, deveria corar de vergonha perante o ridículo da proposta apresentada aos sindicatos da UGT.**

Depois de anos a fio a esbanjar milhares de milhões de euros com algumas gestões danosas, que se repercutiram na destruição de milhares de postos de trabalho e em continuadas reestruturações, onde avultaram as *“rescisões por mútuo acordo”*, de má memória para os trabalhadores bancários que as vivenciaram, era só o que faltava que os bancos se comportassem como *“abutres”*, depois de alguns se terem banqueteados com o dinheiro dos portugueses, espoliando os bancários - *verdadeiros heróis e resistentes, que deram a cara e a honra perante clientes enganados e desconfiados* – e agora viessem oferecer uma mão cheia de nada aos trabalhadores.

A UGT apoiará os seus sindicatos do setor nas lutas e ações reivindicativas que vierem a travar contra esta ignominiosa proposta de 0,2% de aumento salarial para 2020.

## AUMENTOS SALARIAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**PROPOSTAS DO GOVERNO FICAM AQUÉM DAS EXPECTATIVAS E DO QUE PODERIA SER  
CONSIDERADO ACEITÁVEL**

A UGT apoia a posição adotada pelos sindicatos, seus filiados, do setor da Administração Pública (AP) que, de forma unânime e taxativa, recusaram chegar a acordo com o Governo,

no que respeita às propostas de aumentos salariais para 2020, e classifica essas propostas como ridículas e ofensivas, denotando uma clara desvalorização do trabalho, dos trabalhadores e das carreiras da A.P.

Não obstante terem sido feitas contrapropostas realistas e que visavam uma aproximação de posições em sede negocial, a UGT constata que não houve da parte do Governo um esforço semelhante, mantendo em cima da mesa uma inaceitável proposta de aumentos salariais de 0,3 % para a generalidade os trabalhadores.

Na última ronda negocial, apenas se verificou uma ligeira alteração no que concerne à atualização salarial dos trabalhadores com mais baixos rendimentos, sendo apresentada uma proposta de aumento de 10 euros para os trabalhadores que auferem salários até aos 683,13€, que continua a ficar manifestamente aquém das reivindicações dos sindicatos da UGT, e significa manter uma insustentável trajetória de aproximação dos salários médios aos salários mais baixos.

**A UGT considera lamentável que o Executivo não tenha chegado a apresentar uma resposta formal às propostas e contrapropostas reivindicativas que os seus sindicatos fizeram de boa-fé, na tentativa de aproximação das partes, tendo optado por uma postura errática, ora afirmando que não havia margem para melhorar a proposta inicial, ora avançando com novas propostas, ainda que irrisórias.**

**A UGT não aceita que não tenha sido apresentada nenhuma proposta de atualização dos valores do subsídio de refeição, das ajudas de custo, dos suplementos remuneratórios, nem avançado no sentido da reposição dos dias de férias, injustamente retirados aos trabalhadores da Administração Pública.**

**Findo este processo negocial, dez anos após se terem verificado os últimos aumentos salariais (2009) os trabalhadores da Administração Pública continuam sem alcançar os níveis remuneratórios que se registavam em 2009.**

É igualmente inaceitável que não tenham sido dados sinais claros de que o Governo pretende abrir processos negociais, para serem alcançados compromissos sérios e firmes em questões tão importantes como a revisão das carreiras e o SIADAP, a contagem de todo o tempo de

serviço de todos os trabalhadores para efeitos de progressão na carreira, a contagem dos pontos retirados aos trabalhadores da carreira de assistente operacional, o descongelamento das carreiras dos trabalhadores com Contrato Individual de Trabalho dos hospitais EPE e das empresas municipais e o alargamento da ADSE, citando apenas algumas das mais relevantes.

**Estamos perante um verdadeiro embuste e simulacro negocial**, que acaba por resultar em aumentos salariais irrisórios e numa proposta de calendarização de um processo negocial plurianual de algumas matérias, sem que no entanto seja dada qualquer indicação quanto à janela temporal em que se pretende que se desenvolva.

**Fica também patente a falta de vontade política do Governo para valorizar e dignificar os trabalhadores da Administração Pública**, a insistência incompreensível e inaceitável da sua diabolização perante os portugueses e na manipulação dos números nesse sentido, procurando separar e colocar em polos opostos os sectores público e privado, como se não tivessem todos igual dignidade entre si enquanto trabalhadores, ficando igualmente registado o péssimo exemplo dado pelo maior empregador do País.

**Se o atual Governo continuar a vilipendiar os trabalhadores e os seus sindicatos, só pode esperar a agudização do mal-estar que grassa, sobretudo, na Administração Pública, e a resposta que os trabalhadores não deixarão de dar a este aviltamento da sua dignidade, com uma crescente conflitualidade social que o governo não vai poder fazer de conta que não vê, nem ouve.**

**Se o Governo não quer deixar apodrecer o Serviço Nacional de Saúde, e pretende evitar que os portugueses morram nos corredores dos hospitais sem assistência médica, por pura falta de pessoal, como aconteceu recentemente em Beja e em Lamego, tem de investir nos recursos humanos que tem ao seu dispor, pois de outra forma, coloca em perigo o Estado Social que a Constituição da República garante a todos os cidadãos, sobretudo na área da Saúde, tão essencial a uma população, já de si cada vez mais envelhecida.**

Perante este cenário, **a UGT considera ser o momento certo para que todos os trabalhadores, independentemente do seu setor de atividade, façam uma reflexão profunda e que, com o apoio e a liderança dos seus sindicatos, demonstrem que estão dispostos a lutar contra a manutenção em Portugal de uma política económica que assenta nos baixos salários, onde**

**trabalhar parece servir para empobrecer**, exigindo que o Executivo faça coincidir os seus atos com as suas palavras e assuma, de uma vez por todas – enquanto empregador e enquanto Governo -, um caminho de dignificação, crescimento e valorização salarial, que resulte em ganhos de poder de compra e de efetiva aproximação dos salários dos trabalhadores portugueses à média dos países da União Europeia.

**PELA VALORIZAÇÃO DOS SALÁRIOS**

**PELA DIMINUIÇÃO DA CARGA FISCAL**

**PELA DIGNIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES**

**PELA MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

**EM DEFESA DO DIÁLOGO SOCIAL TRIPARTIDO**

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2020

**Aprovada por Unanimidade e Aclamação**

**O Secretariado Nacional**